ATA NÚMERO 07/2013

Aos **vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e treze,** com início às quatorze horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Carlos Rogério Mauch,** Vice-Reitor, **Antonio Carlos de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Fabiane Tejada da Silveira**, Pró-Reitora de Graduação; **Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Antonio Carlos Martins da Cruz**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Rosane Maria dos Santos Brandão**, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; **Sérgio Baptista Christino,** Pró-Reitor de Gestão de Recursos Humanos; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Luiz Osório Rocha dos Santos,** Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **José Francisco Gomes Schild,** Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Edar da Silva Añaña,** Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Everton Fagonde da Silva,** no exercício da Direção da Faculdade de Veterinária; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação; **Vera Maria Freitas da Silveira,** Diretora da Faculdade de Medicina; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Rui Carlos Zammbiazi**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Antonio César Silveira Baptista da Silva,** Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Márcia Bueno Pinto,** Diretora da Faculdade de Odontologia; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Sidney Gonçalves Vieira,** Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Rogério Tavares Constante,** no exercício da Direção do Centro de Artes; **Luis Isaías Centeno do Amaral,** Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de Educação a Distância; **Paulo Bretanha Ribeiro,** representante dos Professores Titulares; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, representante dos Professores Associados; **Aluísio Jardim Dornellas de Barros**, representante dos Professores Associados; **Rodrigo Ferreira Krüger**, suplente do representante dos Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros,** suplente do representante dos Professores Adjuntos; **Karin Luciano Brizola Simonato,** suplente da representante dos Professores Assistentes; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Carolina Ziebell Carpena,** representante dos Professores Auxiliares; **Paulo Fernando do Couto Bispo,** representante dos Professores Auxiliares; **Flávio Fernando Demarco**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Sérgio da Silva Cava**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Leo Peixoto Rodrigues,** representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Inezita Silveira da Costa,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Urânia Pereira Sperling,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Márcia Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Marcelo Fernandes Capilheira,** suplente do representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Paulo Roberto Ferreira Júnior,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Alejandro Martins,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Elizabete Helbig,** representante do COCEPE; **José Luiz de Pellegrin,** representante do COCEPE; **Geise Bel Doro de Oliveira (suplente), Daniel Filizola, André Fehrenbach, Cintia Ventura da Silva**

(suplente) e Denis Carvalho, representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha, Edimar Gonçalves Ribeiro, Gustavo Alves Andrade, Mara Lúcia Vasconcelos da Costa, Daize Duarte Sampaio (suplente) e Willi Wetzel Jr,** representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os conselheiros: **Jonas da Costa Carvalho,** Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Iná da Silva dos Santos,** representante dos Professores Titulares; **Eduardo Algayer Osório,** representante Comunitário; **Carlos Mário Almeida dos Santos,** representante Comunitário; **Regia Maria Tavares Nogueira,** representante Comunidade; **Marluci de Ávila Ferreira e Maurício Pelegrini**, representantes discentes e **Rosendo da Rosa Caetano,** representantes dos Técnicos Administrativos. Constatada a existência de quorum, o senhor presidente deu início à reunião saudando os novos conselheiros: Professores Rui Zambiazi, Diretor do CCQFA; Luiz Isaias Centeno do Amaral e Márcia Dresh (Adjunta), Diretor do Centro de Letras e Comunicações; Odir Dellagostin, empossado atualmente como Diretor do CDTec e Madalena Klein, suplente do Professor Leo Peixoto Rodrigues, representante dos Coordenadores dos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação. A seguir, passou à aprovação da ordem do dia, que foi aprovada por unanimidade. Antes de iniciar a análise da pauta, notificou o falecimento do Professor aposentado Jamilton Souza Guerra, do Departamento de Fitossanidade da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Solicitou que fizessem um minuto de silêncio em sua homenagem. De pronto, passou à análise da pauta. **Item 01 – Aprovação das atas nº 01, 02 e 03/2013.** Ata 01/20123. Foram solicitadas algumas correções por parte do conselheiro Odir Dellagostin, como sua presença na lista de freqüência e a grafia de seu sobrenome nas linhas 272 e 407. Nas linhas 331 a 333 solicitou que ficasse a seguinte redação: "*...ampliando a representação dos Coordenadores de Colegiados, para qualificar a discussão acadêmica para este Conselho*". O conselheiro William Silva Barros referiu-se ao fato de não haver sido discutido o assunto da proporção de 70% docente na composição do Conselho e a ata foi retirada de pauta para que fosse checada a informação do conselheiro. Ata 02/2013: Solicitada, pelo conselheiro Paulo Bretanha, a correção nas linhas 161 e 162; 424 e 582 onde solicitou correção de sua fala. Com a garantia de que as correções seriam acatadas, o senhor presidente colocou a ata em votação e esta foi aprovada com seis (06) abstenções. Ata 03/2013: A conselheira Luciane Kantorski solicitou que fosse transcrita a fala do conselheiro Mauricio Pellegrini na integra e que constassem todas as declarações de votos. A ata foi retirada de pauta para os devidos ajustes. Dando sequência à reunião, o senhor presidente passou ao **Item 02: INFORMES: 1)** Informou que haviam sido chamados os vinte primeiros colocados no concurso para Assistentes em Administração. Foram supridos dois critérios para alocação dos novos servidores: reposição de aposentadorias e devolver os setores da Universidade a situação anterior à posse da nova Administração, pois vários servidores foram convidados a trabalhar na Reitoria. **2)** Explicou que a reunião não havia acontecido em abril em função das férias o que causou dificuldade em conseguir número suficiente de conselheiros para formarem quorum legal. Disse que marcaria reunião extraordinária para deixar a pauta em dia e iniciaria a Constituinte. **3)** Colocou o relatório do diagnóstico feito em torno da infra-estruturada Universidade, feito por uma equipe técnica do MEC que esteve em visita em Pelotas e solicitou ao conselheiro Osório que fizesse a apresentação. Nesse momento o conselheiro Victor Gonçalves solicitou atenção da Administração com relação aos ônibus para o Campus Capão do Leão antes das oito horas da manhã, pois estavam tendo atraso e prejuízos razoáveis nas aulas, pelo horário do ônibus. Disse que nos turnos da noite estavam ocorrendo problemas, por causa dos deslocamentos para os diversos lugares de ministração de aulas na cidade. O senhor presidente concluiu a apresentação dizendo que haviam conseguido estabelecer um diagnóstico, a partir das informações existentes, que possibilitou ter um olhar bem mais apurado sobre a realidade da Universidade e que permitiu iniciar o processo de negociação com o Ministério da Educação em busca de recursos para ser utilizado nas prioridades identificadas. Conseguiram iniciar o relatório para o Ministério da Educação e estavam apresentando ao Conselho Universitário. A conselheira Urânia Sperling reclamou que o prédio do Grande Hotel não havia sido incluído na apresentação. O conselheiro Alejandro Martins parabenizou a apresentação. Disse que no futuro deveriam criar os próprios indicadores, pois seria interessante fazer uma

simulação em planilha e criar indicadores por metro quadrado (nº de alunos, carga horária, espaço físico compartilhado, cursos semelhantes e temática de áreas com olhares diferentes). A conselheira Vera da Silveira falou a respeito do déficit do Hospital Escola. Resolveria a curto prazo se começassem a pensar no contrato com a EBSERH, para ser realizado mais rápido. A conselheira Lucia Peres disse que deveria ser socializado na página da UFPel o relatório apresentado. Deveriam começar a partilhar material além de espaços. Auxiliar os cursos novos. A conselheira Gladis Ribeiro solicitou o envio para os conselheiros das informações que já haviam sido questionadas nas reuniões do Instituto de Biologia. O senhor presidente respondeu à conselheira Urânia dizendo que em relação ao Grande Hotel, estivera visitando o prédio e estavam preparando esse relatório e que após isso poderiam colocar como prioridade as questões que não estavam como emergentes naquele momento. Boa notícia: no diálogo com o MEC tiveram a informação da possibilidade da obra do Grande Hotel ser incluída na reforma do Patrimônio Histórico. Contato com a Prefeitura Municipal informou que Bia estava empenhada na obra do projeto da Prefeitura de renovação da Praça Coronel Pedro Osório, Conservatório de Música estava incluído no projeto e este deverá ser repassado para a UFPel. Ao conselheiro Alejandro agradece a idéia que acreditava ser ótima. A conselheira Vera respondeu que em relação à EBSERH, haviam dito que deveriam ter tido um bom debate para minimizar as diferenças e estavam conversando com a EBSERH e em junho viria uma equipe para calcular o redirecionamento do hospital para a construção do futuro novo HE com quinhentos leitos. Em relação à partilha de materiais, já existe uma equipe estudando as necessidades de espaços e materiais. O conselheiro Osório complementou a fala do senhor presidente dizendo que era importante registrar que tiveram um absoluto acolhimento das direções de Unidade a respeito da possibilidade de utilizarem racionalmente todos os espaços da universidade, colocando os espaços à disposição para que pudessem fazer uma reprogramação, gerando um menor deslocamento para professores e alunos. O conselheiro Sidney Vieira elogiou a apresentação. Pediu informações a respeito da elaboração do relatório. Falou em relação ao ICH como Diretor: a seu ver a síntese de todo o relatório apresentado, porque é um Instituo que trabalha em sete imóveis diferentes e em termos de tamanho representa oito por cento da Universidade e já havia apresentado à Reitoria uma espécie de memorial descritivo das demandas necessárias para atender um projeto que chamavam de Instituto de Ciências Humanas Uno e Múltiplo, que estava dirigido no mesmo sentido da apresentação, visando a maximização das despesas e melhorar os investimentos. Perguntou qual havia sido o critério utilizado para definir a necessidade de investimento. Pediu para incluir os projetos que já possuíam memorial e já estavam adiantados. O conselheiro Victor Gonçalves parabenizou a apresentação detalhada. Falou sobre o impacto da pulverização dos prédios no centro. Chamou a atenção que precisamos urgentemente atualizar os projetos que precisam ser priorizados e colocados em pauta. O conselheiro Antônio Baptista parabenizou a apresentação do conselheiro Osório, que particularmente depositava as esperanças de planejamento efetivo a médio e longo prazo dentro da Universidade. Perguntou: 1) se existia a possibilidade de negociar os prédios que julgavam erroneamente adquiridos ou que assim como já havia sido comentado, aumentam a dispersão que aumentava o problema da Universidade; 2) se existia um Plano Diretor da Universidade no sentido de consolidar os três Campus (Anglo, Ciências Sociais e Capão do Leão) com a perspectiva, se necessário, de ampliar com aquisição de áreas desocupadas para aumentar esses campus; 3) como estava a capacidade na Pró-Reitoria em administrar a geração de projetos. Colocou a FAUrb à disposição para ajudar na elaboração dos projetos. Disse que já havia feito isso com a UNIPAMPA e que o corpo docente havia ajudado. Em relação ao Plano Diretor, perguntou se poderiam participar para que pudessem como Comunidade que tem afinidade, colaborar da melhor forma possível. A conselheira Geise de Oliveira perguntou sobre a construção da casa do estudante no Campus Capão do Leão, havendo a necessidade de serviços como ambulância, restaurante, supermercado, livraria, para não aumentar os gastos com terceirizados. Sugeriu utilizar os meios da Universidade através dos Cursos de Gastronomia e Nutrição. A conselheira Luciane Kantorski salientou a importância da preocupação de utilização dos espaços físicos. Gostaria de registrar que a FE e Nutrição tem uma sala

compartilhada por mais de sessenta professores. Disse que tinha uma visão de universidade diferente daquela que o espaço comporta e tinha uma cultura de trinta e poucos anos trabalhando muito dentro da Instituição. Precisavam caminhar para isso, pois a ela parecia que o Anglo estava melhor resolvido no imaginário das pessoas, mas havia muitas dificuldades. Perguntou como seria conduzida a discussão do Plano Diretor da Universidade, das prioridades, considerando que a Gestão tem uma meta de fazer uma gestão participativa. Como essas questões que já haviam sido diagnosticadas poderiam ser utilizadas na direção de que a Universidade pudesse ter um Plano Diretor, de forma que as Unidades pudessem ser escutadas de forma que pudessem fazer isso de maneira mais participativa. Perguntou ainda sobre a EBSERH, justificando que tinha uma concepção diferente sobre o papel da gestão. Resumiu a pergunta: Fariam um Plano Diretor e como viam a possibilidade de fazer um processo de gestão participativa nesse sentido e como viam que poderiam construir uma gestão participativa em relação às decisões da Saúde também nessa perspectiva da Empresa? O conselheiro Álvaro Ayala disse que a conselheira Luciane havia feito algumas perguntas que ele iria fazer, mas tinha algumas questões pontuais: Disse que enxergava o relatório como um diagnóstico que estavam fazendo da situação da UFPel, mas já percebia apontadas algumas direções de caminho para serem tomados no sentido de solucionar os problemas que o diagnóstico apresentou. Como seriam as estratégias políticas que teriam dentro da Universidade para construir essas soluções? Exemplificou as necessidades de discutir essas construções com várias colocações. Disse que o Conselho Universitário deveria ser uma caixa de ressonância de uma discussão mais ampla dentro da Universidade. O conselheiro Odir Dellagostin disse que a pergunta que tinha já havia sido respondida e retirava sua inscrição. O conselheiro Paulo Bretanha falou que era necessário ter um Plano Diretor para planejar e otimizar a infra-estrutura, com a participação das Unidades Acadêmicas, para estabelecer prioridades, visto que os recursos são escassos. A vantagem de um Plano Diretor ligado ao Conselho Universitário tem uma grande vantagem, por ter uma continuidade de planejamento na Universidade, pois o Conselho Universitário é permanente, embora ocorram renovações. Disse que tinha a preocupação de saber qual era o papel do Conselho Universitário na Administração e no estabelecimento de um Plano Diretor na UFPel, já que um assunto de extrema importância vinha para uma reunião do Conselho Universitário a título de informes. Gostaria de saber qual seria o papel do Conselho, visto que representavam todos os segmentos da Universidade e era de responsabilidade desse Conselho o sucesso da UFPel. O conselheiro Carlos Tillmann disse que colocava o Centro das Engenharias a disposição para auxiliar nas obras que se fizessem necessárias. Falou sobre a possibilidade de auxílio de empresas privadas nas reformas, a exemplo de outras Instituições que já utilizam esse recurso. O conselheiro Edar Añaña falou das dificuldades de estrutura da FAT, contando apenas com cinco salas no quarto andar do Anglo e uma única sala de professores. A conselheira Márcia Buchweitz esclareceu a conselheira Geise de Oliveira dizendo que o profissional de nutrição não aprende a cozinhar e ele não tem essa capacitação, pois é um profissional de saúde que estuda o alimento para aplicá-lo e promover a saúde. Os alunos da Gastronomia têm essa habilidade, mas estão aprendendo as técnicas básicas e não teriam condições de preparar quatro mil refeições diárias. Em alguns momentos seria de interesse para o curso que os alunos pudessem estagiar no Restaurante Universitário, mas atender diariamente seria impossível. Respostas do senhor presidente: ao conselheiro Sidney: disse que o projeto do ICH Uno e Múltiplo, tem pleno acordo de que é uma das Unidades que atualmente se encontrava mais fragmentada com condições de trabalho bastante complicadas em função da inexistência de um espaço físico permanente. Acolheram a demanda do ICH, que atualmente é uma das maiores Unidades Acadêmicas e com maior número de cursos. Algumas possibilidades estavam sendo estudadas e elas pretendiam ser apresentadas ao ICH, para que pudessem ser materializadas em termos de projetos e os recursos serem buscadas. No espaço da Canguru não há contrato de locação entre a UFPel e a Canguru. Estavam de forma absolutamente precária, o que afligia bastante a Administração e principalmente os colegas que lá trabalham. Isso o colocava a olhar o ICH como prioritário, exigindo uma demanda a curtíssimo prazo. A ideia era propor uma alternativa definitiva para a Unidade, que conseguisse a partir da proposta da

Unidade, integrar todos os cursos em um único espaço, que entendiam que seria possível utilizar o espaço entre Alberto Rosa e Barroso. Estavam buscando junto à Prefeitura algumas alternativas para o espaço, que atenderia a demanda. Precisavam fechar o projeto para buscar recursos para iniciar as obras. Em termos de critérios: disse que buscaram em primeiro lugar ter clareza do que é a UFPel atualmente. Fizeram grande esforço em reunir informações junto aos órgãos legais para ter a fotografia do que é a UFPel atualmente. Descobriram que a UFPel tem 58 prédios alugados e sete mil alunos nesses prédios alugados. A partir desse diagnóstico deveriam dar conta das necessidades a partir do debate feito na comunidade. O Governo Federal abriu a possibilidade de apresentação de projetos. Reuniram todos os projetos que já existiam, concluíram e apresentaram. Não fizeram distinção e apresentaram todos que estavam em condições. Não temos custeio para tocar certos serviços, o que é o grande e grave problema. A partir de setembro, se não conseguissem um aporte de recurso na ordem de milhões (em torno de 40 milhões), teriam graves problemas na Universidade, para pagamento de serviços terceirizados, compra de material para laboratórios, etc. Disse que haviam apontado junto ao Governo a necessidade estratégica de Moradia Estudantil, Restaurante Escola, Aulários, Laboratórios, Salas de Professores, Espaço de Convivência e Anfiteatro. Prioritário para conseguir recursos ou para elaborar os projetos ou na melhor das hipóteses, iniciar alguma licitação ainda este ano, principalmente para o Hospital Escola. Já houve o repasse de trinta e cinco milhões em dois mil e doze. No início do ano o MEC queria reduzir o tamanho do HE e conseguiram reverter para quinhentos e trinta leitos. Aulários: Capão do Leão, ICH, e Anglo. Casa do Estudante para quatrocentos e setenta e oito alunos. Casa de Estudante para o Capão do Leão para cento e quinze estudantes com serviços (farmácia, correio, livraria, área de convivência) para possibilitar que aquela área tenha vida e retomem a área. Buscando projetos prontos da UNIPAMPA e FURG, que são limitados a noventa estudantes, para adaptar para a UFPel. Respondeu ao conselheiro Antônio, agradecendo a disponibilização de serviços dos docentes. Disse que a tarefa do Plano Diretor é uma proposta de campanha que querem implantar e trazer ao Conselho com participação do escritório técnico e da Prefeitura, justamente para estudar o desenho urbano do que estava sendo configurado como uma cidade universitária no Porto (incluindo a UCPEL). Grupo de trabalho com técnicos da Prefeitura, da Universidade, com profissionais da Faculdade de Arquitetura, levantando elementos que vão possibilitar um desenho, uma ocupação planejada daquela área e nesse sentido estavam planejando junto com a PRPD um seminário para deflagrar esse debate na Universidade. Necessidade de planejar a estratégia dentro da Universidade para que os projetos sejam permanentes e bem estudados. Diretrizes para ações a curto prazo, que já havia se referido anteriormente. Dificuldade de utilizar Unidades para prestar serviços. O conselheiro Álvaro Ayala perguntou como seria politicamente implementada a estruturação do Plano Diretor, ao que o senhor presidente respondeu que partiriam de um seminário onde toda a comunidade poderia participar e dali retirar Comissão que trabalhará com o assunto. Tinha ideia de iniciar ainda este ano. O conselheiro Osório ainda acrescentou: ICH – preocupados, pois o espaço físico na conformação defronte ao ICH é muito amplo e está cadastrado no Patrimônio Histórico e tem restrições para construção (no máximo treze metros de altura). Esperança fundamentada se tiverem possibilidade de implantação. Auxiliarão as Unidades para que façam seu próprio planejamento. As Universidades devem ter uma cultura de planejamento de uso de seus recursos. Quanto aos prédios adquiridos não havia possibilidade de vender. O conselheiro Rogério Constante solicitou esclarecimento sobre projetos que estavam concluídos e encaminhados ao MEC, em relação ao espaço para o Curso de Teatro. A conselheira Luciane Kantorski complementou dizendo que em relação ao Curso de Enfermagem, a saída da FaMed se deu porque o prédio iria cair e da Quinze de Novembro foi por término do contrato. O conselheiro Osório respondeu que o projeto de Teatro ficaria na Rua Tamandaré. Disse que teve conhecimento por uma fala da Professora Úrsula e na realidade o que existe é um anteprojeto e na verdade haviam saído à caça de projetos e em última análise queria saber o que a UFPel tinha em número de projetos. Necessariamente o projeto do Teatro deveria ser colocado na pauta, pois se a política da Universidade for aglutinar os espaços por Unidade Acadêmica,

inclusive esse próprio espaço da área de Artes, precisaria ser verificado se teria possibilidade, com a mesma celeridade, fazer ficar junto à área destinada às Artes. Disse ainda que não haviam estabelecido o critério para reformas, pois estavam agendando automaticamente as reformas que tinham necessidade urgente de ser feitas. A seguir o senhor presidente passou à análise do **Item 03: Processo nº 23110.010753/2012-23** – Proposta de criação do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Produção Industrial Madeireira (EPIM), do Centro de Engenharias da UFPel. O conselheiro Carlos Tillmann disse que o anseio da equipe era que todos os professores fossem Doutores e já tinham meios de dar suporte ao curso. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. **Item 04: Processo nº 23110.002477/2013-19** - Proposta de criação do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão Estratégica de Negócios, da Faculdade de Administração e Turismo da UFPel. O senhor presidente lembrou que o processo já havia sido aprovado pelo COCEPE. Aprovado em todas as instâncias. O conselheiro Odir Dellagostin fez comentário em relação aos Cursos de PG *lato sensu*. Temos que fortalecer a PG, que é uma das missões da Universidade, porém a Universidade não recebe recursos para cursos de PG *lato sensu*. Isso representa ônus para a Universidade e não entra na matriz de alunos nem de alocação de vagas. Esperava que esses cursos servissem de embrião para criação de cursos *Stricto sensu* que dão retorno financeiro à Universidade. O conselheiro Edar Añaña disse que sua preocupação se direcionava no mesmo sentido da fala do conselheiro Odir, visto que os cursos *lato sensu* não agregam recursos à Instituição e nem vagas de docentes. No caso deles havia sido um dilema interessante a criação de mais um curso, considerando que estavam com todos os horários dos professores ultrapassados, mas considerando a dificuldade que já havia colocado, estavam compartilhando a pobreza. Haviam questionado a criação do curso por não terem área física e docentes, mas chega um momento em que é preciso tomar essa decisão. Como a FAT tem nessa área gerencial em Pelotas, entre as diversas instituições, o quadro mais titulado, tem a obrigação de buscar para eles a referência para essa área e não havia como fugir da obrigação com a sociedade nesse momento. Há uma demanda muito forte, por parte dos empresários e profissionais liberais por MBA qualificados, que na cidade não são abundantes. A preocupação de manter o grupo unido em torno da construção de conhecimento para que pudessem migrar para os cursos *stricto sensu*, porque, em sua concepção, havia lugar para os dois curós. Existe demanda e teriam condições pessoais para atender. Dependiam apenas que a Administração concedesse os espaços necessários. O conselheiro Alejandro disse que pedia licença ao Conselheiro Tillmann para falar como professor do Curso de Engenharia e concordava com o conselheiro Odir. Disse que cada Unidade tem seu caminho e o Centro de Engenharias estava com duas propostas de Mestrado via PCN, para as quais houve percurso direto, sem uma Especialização e para o Centro de Engenharias isso era urgente. Para o projeto de infra estrutura via CT Infra o grupo de engenheiros procurou parcerias, pois estava em uma posição frágil, pois o recurso do CTInfra precisaria estar vinculado à PG e o CEng percorreu várias portas na Universidade e não encontrou parceiros com PG consolidadas na Universidade para realizar propostas de projetos de infra-estrutura. Por esse motivo era urgente para o CEng a criação de cursos de PG. Antes de passas à deliberação, não querendo estabelecer um contraditório à fala do conselheiro Odir, o senhor presidente disse que existem áreas com especificidades, onde ainda a PG *lato sensu* se impõe como uma necessidade social e a Área da Educação é uma delas. Por exemplo, a FaE tem cinco Especializações que atendem uma demanda muito forte dos professores da rede de educação básica, cujos planos de carreira que não contemplam nem Mestrado e nem Doutorado. Fazer Especialização ajuda muito a esses profissionais. Na área de Educação a Especialização serve como formação continuada. É um dilema que a administração vive entre concepção colocada atualmente em termos de política governamental para financiamento das universidades e as demandas sociais que a Universidade recebe. O conselheiro Victor Gonçalves disse que concordava com o exposto pelo senhor presidente, pois nas Licenciaturas existe uma demanda social imensa que só será atendida se ampliarmos a atuação nas Especializações. Fica claro, no caso do IFM, que, embora tenha recentemente aberto Mestrado, está muito presente a discussão da Especialização. Certamente a questão do não financiamento coloca a Unidade em cheque e cabe uma reflexão até mesmo em

nível Institucional sobre o aporte ou parceria junto às Prefeituras, de tal forma a viabilizar, mas sem dúvida é fundamental que a Universidade cumpra o papel social de atuar junto aos professores do Ensino Fundamental e Médio de forma a qualificá-los e isso certamente tem reflexo nas nossas pós-graduações. O nível em que os estudantes estão chegando é cada vez pior e os professores da rede dificilmente conseguirão entrar nos Mestrados acadêmicos e obter sucesso. A própria Especialização tem um papel de preparação para que este profissional possa fazer seu Mestrado. Colocada em votação a proposta foi aprovada, com uma abstenção. O conselheiro Osório disse que tinha preocupação com a criação de cursos, pela necessidade de receber bem os alunos, seria importante de quando pensar em criar cursos de PG tivessem um cuidado imenso em definir o aporte das condições oferecidas e apresentadas. **Item 05: Processo nº 23110.007676/2012-24** – Proposta de transferência da vinculação do Curso de Zootecnia da PRG para a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. O senhor presidente relatou que o assunto já havia passado em reunião do CONSUN e havia sido ressaltado em ata que deveria passar ao COCEPE e após a aprovação, retornasse ao CONSUN para aprovação. O conselheiro Daniel Filizola disse que havia recebido uma carta do Diretório Acadêmico da Agronomia, favorável ao Curso, mas leu um trecho do documento e o entregou à Secretária, para que constasse em ata: *"Nós, do Diretório Acadêmico Luiz Alberto Fries, representantes dos discentes do Curso de Zootecnia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), gostariamos de expor nosso interesse de retornarmos à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Embora tenhamos este interesse, nossa vontade é de consolidarmos nosso prédio sem haver a dependência de outro curso. Grosseiramente falando, não trabalhamos em áreas diferentes. Podemos sim trabalhar em conjunto, mas precisamos caminhar com graduação e mão de obra para isso. A Zootecnia no Brasil, e no mundo, deixou de ser a profissão do futuro para ser a profissão do presente. Se falarmos em Brasil, estamos ficando para trás, atrasados, não falo em conhecimento teórico, mas sim em conhecimento prático. Nós, da Zootecnia UFPel, sofremos com o descaso desde as antigas gestões. Precisamos muito de estrutura física, não estou falando em salas de aulas, mas sim em laboratórios adequados, área de campo e animais. Estudamos e trabalhamos com produção animal, mas acontece que nos falta este "material". Temos (a UFPel) o Centro Agropecuário da Palma, que é uma grande área (Laboratório)para estudos e pesquisa, no qual não temos acesso. É um local com boa estrutura e é subutilizado. Sobre estrutura, gostaria de citar o exemplo do Instituto Federal Farroupilha (IF-F), localizado na cidade de Alegrete-RS. O campus é localizado na área rural da cidade, e é bem parecido com a Palma. Além de cursos técnicos, o IF-Farroupilha possui um curso de ensino superior,que é o Curso de Zootecnia. Possuem dentro do campus áreas com estruturas de salas de aula, biblioteca, restaurante universitário e toda parte administrativa. O mais interessante é que possuem áreas de produção animal, cõo por exemplo, área de ovinocultura, bovinos de corte e de leite com mangueira e tambo, avicultura, apicultura, etc. Com essa estrutura, eles produzem alimentos para serem utilizados no RU que, no caso, é totalmente sem custo. Além de gerar conhecimentos eles geram seus próprios alimentos. E nós (UFPel) temos capacidade, conhecimento e pessoal para sermos assim. Gostaria de lembrar que há pouco passamos pela avaliação do MEC. De todos os cursos do REUNI fomos os únicos com conceito três (03). O relatório da avaliação está à disposição. Porém, gostaria de citar quatro pontos nos quais recebemos uma pontuação baixa: '3.6. Bibliografia básica: 1; 3.7. Bibliografia complementar: 1; 3.10. Laboratórios didáticos: qualidade: 2; 3.11. Laboratórios didáticos: serviços: 2'. Nós do Curso de Zootecnia da Universidade Federal de Pelotas não queremos apenas ir de um lado para outro dentro desta IES, mas sim, sermos reconhecidos e valorizados por instruir e formar grandes profissionais. Um pais só evolui com uma educação de qualidade, e nós buscaremos sempre esta qualidade. Desde já, agradecemos pela atenção, compreensão e consideração. Atenciosamente, Antonio Wrubieski Bogacki Neto, presidente do Diretório Acadêmico Luiz Alberto Fries, representante discente do Curso de Zootecnia da Universidade Federal de Pelotas".* A partir desse momento o conselheiro Carlos Mauch esclareceu todos os pontos colocados pelos alunos. O conselheiro Alci Loeck lembrou que era o retorno do curso à Unidade de onde não deveria ter saído. Colocada em votação, a transferência foi aprovada por

unanimidade. **Item 06: Processo nº 23110.002537/2013-95** – Regimento do Centro de Engenharias. O senhor presidente falou que este foi o documento retirado do debate acontecido no CEng e o Regimento foi efetuado após debate. Leu o parecer da CLN. A conselheira Rosane Brandão perguntou sobre a legalidade. O conselheiro Sergio Cava disse que alguns colegas do CEng o haviam procurado para falar a respeito do capítulo X – Art. 39 – Os responsáveis por laboratórios serão designados pelo Diretor do Centro. Porém não estava claro quais seriam os laboratórios e se seriam respeitados os respectivos regimentos ou regras do uso dos respectivos laboratórios, para que o Diretor possa fazer a designação dos responsáveis pelos laboratórios. Também não deixava claro se o regimento vale para todos os laboratórios ou laboratórios em implementação, pois no Art. 41 diz que cada laboratório terá normas de funcionamento, o que faz transparecer que todas as normas poderão passar por transformação a critério da Direção sem passar por conforme regimento requisito para participar de reuniões. Acreditamos ainda que seja necessário por método mais democrático as designações ao invés de uma designação direta...Além disso os pesquisadores responsáveis pela montagem de laboratório deve ter participação ativa ... Acreditam ainda que a aprovação de tal regimento deveria ser pautado após aprovação da nova estrutura...Apesar de não fazerem parte do Centro de Engenharias, alguns professores ministravam aula no Centro e ele não concordava com a redação do Regimento do Centro de Engenharias. O conselheiro Carlos Tillmann respondeu dizendo que o Regimento havia sido redigido com ampla discussão de toda a comunidade e todos os envolvidos no cenário : alunos, professores, funcionários técnico-administrativos. Todos trabalharam arduamente na construção deste regimento e foi amplamente discutido em várias reuniões e seguramente foram mais de dez reuniões, onde todos os itens mais conflitantes foram retomados várias vezes e não lembrava esta questão dos laboratórios se havia sido tão conflitante como o colega estava trazendo. A comissão com certeza iria se manifestar nesse sentido. Teve a oportunidade de ser esboçado este detalhe mais profundamente e havia sido concordado com todos a cada reunião eram apontados os problemas, indicadas as soluções e foi bastante difícil construir o regimento e estava sentindo o assunto como algo muito pontual e não sabia como a Comissão que havia avaliado dando todo o respaldo para a construção, iria ver isso. O Regimento reflete todos os detalhes que o Centro havia pensado. O conselheiro Alejandro Martins confirmou e cumprimentou o conselheiro Tillmann, lembrando que houve amplo debate e se surpreendia que vinha este questionamento naquele momento. Há um equilíbrio e consenso de que os laboratórios vão auxiliar todos os cursos. O conselheiro Sergio Cava sugeriu que retornassem o processo à Unidade, para ser respondido por escrito e retornasse à próxima pauta do Conselho. A conselheira Karin Simonato disse que havia participado em cem por cento das reuniões e havia sido amplamente discutido e colocado em votação entre todos os representantes presentes (alunos, técnicos e docentes). Democraticamente havia sido aprovado o Regimento, apesar dos debates. Sugeriu que aprovassem o Regimento. O conselheiro Gilson Porciúncula reforçou a fala dos professores do CEng, dizendo que o assunto havia sido bastante discutido e pedia que passassem à votação e que, se o assunto fosse apenas esse, que fosse discutido dentro dos Centros. O conselheiro Carlos Tillmann solicitou que fosse votado, pelo fato de que estavam deflagrando processo eleitoral para a Direção do Centro e dependiam desse Regimento. O senhor presidente sugeriu que o Centro acolhesse o parecer da CLN, aprovando o Regimento e a Direção do Centro acolhesse o documento apresentado pelo conselheiro Sergio Cava e que fosse discutido e analisado dentro do Centro e se a comunidade entendesse possível atendê-lo, fosse novamente pautado no Conselho Universitário. Leu o inciso XXII do artigo oitavo das competências do Centro: nova redação ficaria como: *"propor mediante voto secreto"*. Sugeriu votar o parecer da CLN. Aprovado com dois (02) votos contrários e quatro (04) abstenções, com o encaminhamento do documento do conselheiro Sergio Cava em relação ao capítulo que trata de laboratórios. **Item 07: Processo nº 23110.003355/2013-31** – Proposta de nova estrutura organizacional da Administração Central da UFPel. O senhor presidente disse que a CLN havia apreciado e enviado parecer. Antes de ler o parecer, destacou o ponto que foi uma das questões levantadas no último debate, da preocupação do Conselho Universitário, na possível criação de

novos cargos, novas FGs e novos CDs. Naquele momento havia uma disponibilização, por parte do Ministério da Educação, de FGs e CDs para cada uma da IFES. Disse que haviam trabalhado a partir de um quadro disponibilizado pelo Ministério da Educação, aprovado pelo Ministério do Planejamento e aprovado pelo Congresso Nacional, que é este quem gera o número de CDs e FGs distribuídos pelo MEC para cada IFES. A pedido dos Diretores de Centros, fizera uma solicitação formal para que a UFPel recebesse mais CD4 para que pudessem designar aos Diretores Adjuntos dos Centros e recebera a resposta que infelizmente naquele momento não havia número de CD4 disponíveis, mas que o MEC acolheria a sugestão para, a partir do próximo ano, procurar ampliar o número para cargos de direção, pois não era uma demanda exclusiva da UFPel e também da Advocacia Geral da União, solicitando que os Advogados da União passassem a receber CD2 e uma demanda dos Auditores Internos das Universidades, para que estes recebessem CD3. Existia um movimento muito forte capitaniado também pala ANDIFES, para que haja uma modificação nos quantitativos de CDs e FGs. Disse que havia feito este esclarecimento, para responder a algumas demandas e mostrar que não estavam, de maneira nenhuma, gerando novas FGs e CDs com o organograma. Parecer: "Trata-se de procedimento alusivo à proposta do novo organograma da UFPel, que a par de prever nova estrutura administrativa detalha as funções que caberão a cada qual dos órgãos previstos. 1. Em síntese, a proposta estabelece o que segue: a) à Reitoria, ficam diretamente vinculados os seguintes órgãos: O Centro de Pesquisa em Saúde Dr. Amilcar Gigante; A Coordenação de Processos Participativos, dividida em Seção de Relações Comunitárias e Seção de Acompanhamento e Avaliação; A Coordenação de Tecnologia de Informação, com seus núcleos de Sistema de Informação, de Infraestrutura de TI, de Suporte e Manutenção, e de Governança de TI; O Hospital-Escola)também denominado de Hospital-Universitário no seu respectivo organograma), que tem, além de sua Direção Geral, outros quatro núcleos: Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão; Núcleo de Assistência À Saúde; Núcleo de Desenvolvimento Regional; e Núcleo de Gestão Participativa; A Agência da Lagoa Mirim, que se estrutura sobre cinco núcleos: Núcleo Executivo; Núcleo de Infraestrutura; Núcleo de Monitoramento e Análise; Núcleo de Desenvolvimento Regional; e Núcleo de Projetos. A Coordenação de Relações Internacionais, com seus núcleos de Mobilidade Interna; de Mobilidade Externa; de Tradução; e de Convênios Internacionais; A Coordenação de Relações Interinstitucionais, organizada com dois núcleos: o Núcleo de Relações com o Estado e o Núcleo de Relações com a Sociedade; A Coordenação de Comunicação Social, com seus núcleos de Publicidade Institucional e Comunicação Visual; de Imprensa; de Rádio Federal FM; e de Relações Públicas e Eventos. b) À Vice-Reitoria, ficam diretamente vinculados: A Coordenação de Bibliotecas; o Núcleo Geral de Laboratórios; A Coordenação de Programas de EAD, com seus núcleos Acadêmico e de Tecnologias de Informação e Comunicação; A Livraria, Editora e Gráfica Universitária, com seus respectivos núcleos e setores; O Centro Agropecuário da Palma, com sua Coordenação e seu Conselho Gestor; A Coordenação de Processos de Seleção e Ingresso e seus núcleos Pedagógico e Operacional. c) Os Gabinetes da Reitoria e da Vice-Reitoria organizam-se em órgão denominado Direção de Gabinetes da Reitoria; a esta Direção de Gabinetes da Reitoria estão vinculadas as fundações de apoio, a Secretaria dos Conselhos Superiores e a Ouvidoria Geral. D) No que respeite às Pró-Reitorias: d.1) à Pró-Reitoria de Graduação ficam subordinadas a Coordenação de Programas e Projetos, a Coordenação de Registros Acadêmicos e a Coordenação de Ensino e Currículo, cada qual com seus respectivos núcleos; d.2) à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ficam subordinadas a Coordenação de Pesquisa, a Coordenação de Pós-Graduação e a Coordenação de Inovação Tecnológica, com seus respectivos núcleos; d.3) na órbita da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura estão estruturadas a Coordenação de Desenvolvimento, Cooperação e Sustentabilidade, a Coordenação de Cidadania e Comunidade, o Núcleo de Avaliação e Controle Estatístico, o Núcleo de Assessoramento em Política de Extensão, o Núcleo de Comunicação e a Coordenação de Arte e Cultura; d.4) à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis estão vinculadas a Coordenação de Políticas de Assuntos Estudantis e a Coordenação de Integração Estudantil, com seus respectivos núcleos; d.5) à Pró-Reitoria Administrativa estão afetas a Coordenação de Material e

A1.

Patrimônio e a Coordenação de Finanças e Contabilidade, com seus respectivos núcleos. Também à Pró-Reitoria Administrativa está vinculada a Pró-Reitoria Adjunta de Infraestrutura, esta, por sua vez, estrutura com uma Coordenação de Gestão de Manutenção e uma Coordenação de Gestão Ambiental, cada qual com seus respectivos núcleos; d.6) à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal estão vinculadas a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, a Coordenação de Administração de Pessoal e a Coordenação de Políticas de Pessoal, todas com seus respectivos núcleos; d.7) a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento está estruturada em quatro coordenações e seus respectivos núcleos: a Coordenação de Planejamento Físico, a Coordenação de Orçamento, a Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e a Coordenação de Regulação e Acompanhamento. 2) No tocante à compatibilidade entre a proposta e as normas legais e institucionais, isto é, aos aspectos puramente jurídicos, que é o que cabe a esta Comissão de Legislação e Normas verificar, o parecer da Comissão é no seguinte sentido: 2.1) naquilo que a nova estrutura ou as novas funções reservadas para cada órgão exigem alteração estatutária, regimental, impõe-se que venha aos autos a proposta de alteração das respectivas partes do texto do Estatuto, do Regimento ou de outras normas, implicadas pelas pretendidas modificações. Desde já, é possível apontar a necessidade de alteração estatutária e/ou regimental nos seguintes pontos: a) a criação da Coordenação de Programas de Educação à distância e suas respectivas funções e a implicação que isso terá, supõe-se, na extinção do CEAD; b) as modificações nas funções de cada Pró-Reitoria, expressamente previstas no Regimento da Universidade; c) a transformação da Pró-Reitoria de Infraestrutura em Pró-Reitoria Adjunta à Pró-Reitoria Administrativa; d) a vinculação da Secretaria dos Conselhos Superiores à Direção de Gabinetes da Reitoria; neste particular, afora a necessidade de alteração do regimento em função de que a Secretaria dos Conselhos Superiores no regimento não integra a estrutura da Reitoria, é de refletir sobre a licitude de tal proposta. Ocorre que, em que pese a presidência do Conselho Universitário incumba ao Reitor e a do COCEPE ao Vice-Reitor, o atrelamento da Secretaria dos Conselhos à estrutura da Direção de Gabinetes da Reitoria poderia comprometer a compreensão de que a Secretaria é órgão de assessoria dos Conselhos Superiores e a eles – e não formalmente à Reitoria ou ao Vice-Reitor – se subordina; f) a transferência para a estrutura da Reitoria ou da Vice-Reitoria de órgãos que figuram no Estatuto e no Regimento como órgãos auxiliares da Universidade, como, por exemplo, a Gráfica e, talvez, o Hospital-Escola. 2.2) no que respeita às demais modificações, que não dependem de reforma regimental e/ou estatutária, o parecer é pela aprovação". Passou a palavra ao conselheiro Alexandre Gastal, para que este esclarecesse o parecer da CLN. O conselheiro disse que à CLN pareceu que em alguns pontos o organograma implicava um choque com o que no momento estava previsto no Estatuto da Universidade, de modo que a aprovação do organograma pressuporia que a CLN e o Conselho tivessem um texto a examinar, de como ficaria o Regimento e o Estatuto nestes pontos que estariam sendo modificados por algumas das propostas que o novo organograma trazia e que eram basicamente aquelas que o parecer procurou identificar. No restante, salvo essas destacadas, claro era que o organograma exigiria a formulação, pelo Conselho, de novas normas infra-regimentais. O senhor presidente sugeriu acatar o parecer e manter a Secretaria dos Conselhos Superiores vinculada aos Conselhos Superiores e destacar do Regimento o item da criação da Coordenação de Programa de Educação a Distância, a modificação das funções de cada Pró-Reitoria, a transformação da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura em Pró-Reitoria Adjunta, e da transferência para a Reitoria da Gráfica e do Hospital Escola. Manteriam os itens relacionados a esses temas conforme o Regimento atual da Universidade e colocou em debate para posterior aprovação do restante da estrutura. Abriu para debates sobre o Organograma. O conselheiro Álvaro Ayala disse que isso seria impossível, pois estariam aprovando meia reestruturação da UFPel, pois a parte que ficaria para o debate não seria efetivada. O senhor presidente esclareceu dizendo que estas questões não atingiam o mérito da proposta e que os destaques não seriam criados no momento. O conselheiro Francisco Schild disse que também entendia que havia muitos itens a ser avaliados, sugeria que fosse feito o texto de como ficaria e depois seria colocado em aprovação, a menos que existisse muita urgência na aprovação. O conselheiro Paulo Bretanha

disse que tinha a preocupação de que o organograma administrativo da Universidade era estabelecido a partir do Estatuto e do Regimento da Universidade. Qualquer mudança que fizessem estariam alterando o Regimento da Universidade. O próprio Regimento estabelece que deve ser aprovado por dois terços dos conselheiros. Perguntou como seria feita esta votação. Insistiu que precisavam urgentemente fazer a reforma do Estatuto e do Regimento, com o risco de criarem uma situação embaraçosa do ponto de vista legal na Universidade. O conselheiro Carlos Mauch disse que, na verdade, o relato do conselheiro Alexandre Gastal era bastante claro. O que feria no momento o Estatuto e o Regimento estavam destacados e eram pouquíssimas coisas . As Pró-Reitorias haviam sido criadas em uma decisão do Conselho Universitário em 2004 e 2008. Na verdade estariam apenas descrevendo essas Pró-Reitorias com uma mudança, que seria a mudança de status da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura, que no momento feria o que estava aprovado. A Coordenadoria de Educação a Distância poderia ferir a constituição do CEAD que havia sido criado por Resolução e não constava no Regimento. A questão do Hospital Escola nunca havia aparecido na estrutura da Universidade. Conversando com o conselheiro Alexandre, por analogia, constatou que deveria ser um Órgão Auxiliar como o Hospital Veterinário. A Gráfica estaria mudando sua situação para ser Órgão Auxiliar, pois no momento estava constando dentro da Pró-Reitoria de Extensão que não consta no Regimento. A alteração regimental era mínima. Tinha pleno entendimento de que poderiam aprovar o Organograma, pois isso era muito importante para trabalhar na estrutura que havia sido proposta para tornar a Administração mais eficiente. Tinham urgência em aprovar, mas respeitavam o ponto de vista legal. Por isso estavam propondo destacar aquelas questões que pudessem ferir o Regimento e chamar uma sessão do Conselho que pudesse fazer essa alteração Regimental, conforme previsto no próprio Regimento, com o quorum devido e com tempo para a CLN avaliar essa proposta de alteração regimental, naqueles casos em que cabe. A seu juízo era absolutamente possível aprovar o organograma naquela reunião, respeitando os destaques sob o ponto de vista legal colocados pela CLN. O senhor presidente falou da importância para a Administração poder contar com a estrutura proposta. No trabalho feito de diagnosticar o conjunto de demandas de tarefas que tinham pela frente em todas as áreas, não podiam contar com Núcleo de Laboratórios, com as Bibliotecas trabalhando com a estrutura mais adequada, assim como cada Pró-Reitoria no momento não tinham as pessoas nomeadas segundo as funções que entendiam que poderiam cumprir e não tinham capacidade legal de cobrar desempenho dentro do formato Administrativo por eles desenhados. Na verdade estavam amarrados em muitos aspectos para poder implementar ações segundo o que entendiam como mais adequados. O conselheiro Alvaro Barreto falou que desejava um esclarecimento para uma dúvida: as outras partes da proposta precisavam efetivamente passar pelo Conselho Universitário? Não seria uma prerrogativa do Reitor organizar os cargos como achasse que deveria, desde que não ferisse o Regimento e o Estatuto. Nesse sentido acreditava que o Conselho não tinha nada para aprovar, se procedesse a sua dúvida. O senhor presidente respondeu que na verdade o Regimento é omisso em relação à estrutura da UFPel e muitas das estruturas atuais foram criadas por Resoluções do Reitor como por exemplo o CEAD e não por aprovação do CONSUN, porém havia optado pelo encaminhamento de apresentar ao Conselho, pois entendia que era importante esse disciplinamento, que iria orientar o conjunto das Unidades Acadêmicas no que diz respeito às funções que cada integrante da Administração teria. Foi um esforço grande que tiveram no sentido de buscarem as demandas e necessidades da Comunidade e traduzir no modelo de operacionalização disto a partir de efetiva descrição e ordenação de ações e hierarquias. Talvez não fosse necessário, mas nada impedia que o Conselho se pronunciasse e regulamentasse essas questões, que poderiam ser alteradas posteriormente, quando tivessem um novo Estatuto e novo Regimento rediscutiriam o novo organograma, para se adaptar à nova estrutura. O conselheiro Alexandre Gastal disse que concordava que havia uma série de propostas que estavam contidas no organograma que talvez o Conselho não precisasse opinar, mas uma série de outras teriam que passar por ele, pois já eram objetos de normas da Universidade que estavam em funcionamento. Deu exemplos de departamentos que já estavam atuando através de Resoluções do CONSUN. Uma série de

questões poderiam ser alteradas sem necessidade de alteração do Regimento e do Estatuto. O conselheiro José Ricardo falou do fato de ser destacada a discussão sobre a postergação da votação da Coordenação de Programas de Educação a Distância, para fazer um estudo mais aprofundado legal sobre se feria ou não o Regimento, manifestou em nome do grupo que representava favorável a isso, pois de fato merecia um debate maior, por haver bastante pessoas envolvidas na reflexão sobre as práticas da Educação a Distância na UFPel e olhando as ideias que essa Coordenação apresentava acreditava que elas ainda estavam um pouco sucintas e careciam de um pouco mais de diálogo com o coletivo. Tiveram assembleia, entre outras questões, discutirem essa proposta, de fato o coletivo precisava de um diálogo maior com a Administração nesse aspecto. No dia 21 haviam elaborado documento solicitando que a Administração conversasse em assembleia com professores e funcionários técnico-administrativos envolvidos com a EAD no CEAD. Disse que gostariam de ser convidados para participar de projetos que envolvessem a EAD. Não entraria no mérito legal da aprovação, pois todos eram frutos de concursos públicos que haviam sido gerados a partir da criação do CEAD e os aspectos históricos e legais de como havia sido criado não tinham o domínio e a discussão disso, mas o que queriam reivindicar diante desse Conselho para a Administração, com um documento formalizado era que o debate fosse para dentro do CEAD e a apresentação pudesse ser apresentada de forma aprofundada e detalhada para que eles se sentissem de fato participando. O senhor presidente se manifestou dizendo que, para esclarecer o Conselho, já haviam efetuado duas reuniões formais com a Direção do CEAD para tratar do tema de EAD e no dia seguinte teriam outra reunião com os Coordenadores de Cursos de EAD e na semana seguinte teriam reunião com Diretores de Unidades Acadêmicas que tinham similaridade com EAD para apresentar a proposta sobre o tema. O conselheiro Edar Añaña disse que apenas queria repetir o alerta que havia feito na reunião anterior, na primeira vez que havia sido apresentada a proposta de organograma, não entrando na questão legal, mas compartilhava com o conselheiro Álvaro que, se precisassem mexer em algo, deveriam ter um texto sobre o qual votar. Porém não via nenhum erro, e sim um gesto de elegância do Reitor. em dividir com o Conselho as suas determinações. Lembrou o que havia dito anteriormente: não colocaria a Pró-Reitoria de Infra-Estrutura, por ser uma PR que lida constantemente com urgência, como uma PR Adjunta da PRA. Se a questão fosse apenas a FG, que fosse criada uma Secretaria Especial de Infra-Estrutura ou algo dessa ordem, para não atrelar as decisões do Pró-Reitor Adjunto a outro Pró-Reitor, pois isso seria uma temeridade e como profissional de organizações era obrigado a alertar para esse fato. O conselheiro Álvaro Ayala disse que queria chamar atenção para o fato de que realmente o debate sobre EAD e sobre o CEAD merecia um destaque especial nessa questão, pois não era simplesmente a questão de estarem ou não entrando em choque com o Estatuto e Regimento, mas o fato de realmente uma política da EAD. Quando havia sido criado o primeiro curso a distância, ele era Diretor do IFM e havia conseguido acompanhar no início essas questões político-pedagógicas sobre EAD e essa discussão especial do CEAD, que deveria ser colocada em destaque além dos destaques, pois ela precisava ser também discutida com os Institutos Básicos e com quem trabalhava nessas áreas que já têm EAD e já têm tradição dentro da UFPel. Deveriam criar um debate amplo sobre EAD e o papel da relação entre educação presencial e a distância. O CEAD em especial merecia um destaque dentro do destaque para que esse debate fosse levado a diante, além das questões jurídicas de estarem modificando o Regimento ou o Estatuto da Universidade. O senhor presidente respondeu que acreditava já estarem encaminhando a solicitação, pelo fato de terem agendado reunião com a Direção do IFM na semana seguinte. O conselheiro Luiz Osório Santos disse que queria corroborar com a fala do presidente do Conselho e queria destacar a partir dessa fala que no momento estavam com a situação de literalmente um "embolamento" dentro da Universidade, onde as responsabilidades não estavam bem visíveis. Acreditava que existia uma questão que merecia que fosse olhada como uma preocupação. Talvez dizendo antes que qualquer estrutura que a Universidade aprovasse deveria necessariamente servir à Instituição e deveria servir de instrumento adequado para que os gestores pudessem fazer o cumprimento dos compromissos assumidos. Era preciso que pudessem atender o imperativo da transparência. Era

preciso que a comunidade externa à Universidade e a comunidade interna pudessem saber qual era a responsabilidade de cada um que estivesse colocado na Administração, pois o fato de existir um número muito grande de assessores deixava a situação absolutamente nebulosa. Na verdade quando se tem um assessor, publicamente não se enxerga qual é a responsabilidade dessa pessoa e era preciso que a Comunidade Acadêmica conseguisse ver isso. Isso é uma obrigação fundamental de todos de fazer com que a estrutura fosse instituída e visível a todos para que a Comunidade pudesse saber a quem se dirigir e a quem cobrar. Precisavam levar isso a frente e a Administração precisava estar muito bem estruturada para poder prestar um serviço que a Comunidade Acadêmica esperava dela. Lembrava claramente que estrutura, se não servir, logo deverá ser trocada. Não estariam aprovando nada que fosse de caráter definitivo em termos de normas institucionais. Se fosse preciso, mudariam a estrutura, como vários Reitores têm feito de maneira sistemática. De outra parte, a preocupação quanto ao texto que preocupava o conselheiro Edar, era importante dizer que tudo que se referia à modificação regimental teria um texto para ser votado. Conforme a CLN sugeria, estavam destacando esses elementos e quando tivessem a possibilidade do Conselho examinar aquilo que implicava em alterações regimentais, o texto chegaria para ser examinado, com convocação obviamente atendendo ao que o Regimento estabelece que é um quorum qualificado para efeito de aprovação disso. O momento naquele instante era de constituírem condições para que a Administração conseguisse se estabelecer, enquanto possibilidade de trabalho da melhor forma possível para a Comunidade Acadêmica e de dar visibilidade às nossas responsabilidades institucionais e poderem ser cobrados por isso por toda a Comunidade. O conselheiro Francisco Schild disse que a fala do conselheiro Osório havia o instigado no sentido de que concordava com tudo que havia sido dito. Acreditava que tinham urgência, pois a universidade não poderia ficar parada e não queria que ficasse alguma dúvida de que ele estava tentando trancar alguma coisa, mas queria que existisse um texto e chamassem uma reunião na data que fosse necessária. Só não queria aprovar alguma coisa que não estava escrita. Cumprimentou o senhor presidente em manter a Pró-Reitoria de Infra-Estrutura como Pró-Reitoria independente e não Adjunta. O senhor presidente respondeu que não estavam sendo propostas alterações regimentais e sim que as questões que gerassem essas alterações retornassem com um texto definitivo. No caso da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura era uma questão de restrição no número de CDs e esse ser exato, no número de oito, para todas as Universidades públicas brasileiras e deveriam se adequar em torno disso o que os levou a um diálogo interno e levou a colocarem a Infra-Estrutura juntamente com a Administrativa, por serem finalísticas, que têm de desempenhar e desenvolver atividades. Apenas por conta disso e de qualquer forma a dotaram como Adjunta, mas com estrutura de Pró-Reitoria para que o Pró-Reitor Adjunto não ficasse sem condições de desempenhar as atividades que toda a Universidade necessita em torno desse tema que é estratégico. O conselheiro Antonio Cruz fez a observação que, do parecer emitido pela CLN, na verdade existia uma única questão que de fato afetava o Regimento que era a incorporação da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura à Pró-Reitoria de Administração. As outras não tinham conflito. Do ponto de vista da Gráfica e o Hospital Universitário continuariam sendo Órgãos Auxiliares. Disse que gostaria de lembrar mesmo tomando em consideração o texto que viria, olhando o organograma da UFPel, a PRIE, embora sua importância, ela é bastante pequena do ponto de vista do organograma, tendo poucas estruturas estabelecidas ali. A pergunta seria no sentido de quando se criou a PRIE, desmembrando-a da PRA, se de fato isso deveria ter sido feito, pois uma depende de atos da outra. Reiterava as questões levantadas pelo conselheiro Osório, pois era sacrificante trabalhar com um organograma que não permitia dar nome às coisas de acordo com o que elas são. O conselheiro Alexandre Gastal disse que discordava um pouco da opinião do conselheiro Antonio, especificamente à parte di organograma que tratava das funções de cada Pró-Reitoria, pois neste aspecto o Regimento, a partir do Artigo 64, ele minuciosamente especifica as funções de cada Pró-Reitoria. A seu modo de ver, implicava em mudança do Regimento, pela alteração das funções de cada Pró-Reitoria. Em relação ao EAD, o organograma não previa a extinção do CEAD, mas a menção que o parecer da Comissão fazia era que, pelas funções que se percebia que teria a nova Coordenação de Programas e Educação

17.

a Distância, eram funções que atualmente o CEAD fazia, embora formalmente não fosse previsto, materialmente eram funções que a Unidade desempenhava. Reconhecia que como órgão administrativo não havia nada nesse aspecto que ferisse o Regimento, salvo o fato de que talvez estivessem esvaziando uma Unidade da Universidade. O senhor presidente disse que por conta do contraditório estavam acolhendo o parecer exarado pela CLN. A partir desse momento colocou a proposta de que o plenário acolhesse a proposta de estrutura, destacando os temas colocados pela CLN (cinco questões destacadas). Colocado em votação o Organograma foi aprovado com três (03) votos contrários e seis (06) abstenções. Isso feito, o senhor presidente agradeceu o voto de confiança que entendia desta forma como modo de viabilizar o atendimento das reivindicações. Passou a palavra ao conselheiro Luiz Osório Santos que disse que na verdade a questão Regimental, pelo dever de transparência, se abrissem a página da UFPel, na seção dos Conselhos Superiores, e lerem o Regimento da Universidade seria verificado que este estava completamente desatualizado e não tinha sentido manter na página da UFPel um Regimento desatualizado. Para efeito de transparência era importante consolidar o Regimento. O conselheiro Carlos Mauch disse que havia começado a fazer esse trabalho, mas de forma individual e seria interessante compor uma comissão para tratar desse trabalho de alteração do Regimento e colocar na página esse material total mente atualizado. Foi criado um grupo de trabalho do Conselho Universitário, para reunir as normas e Resoluções sobre o Regimento e Estatuto da UFPel. O grupo ficou composto pelos conselheiros: Vice-Reitor Carlos Mauch, na função de presidente, Diretor da Faculdade de Direito Alexandre Gastal, Professor Paulo Bretanha Ribeiro, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Sergio Christino e mais um estagiário da Faculdade de Direito. Sem mais a tratar, o senhor presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos do que para constar, eu_____ Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.